



XIV ANPED-CO

XIV ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO CENTRO OESTE

3349 - Pôster - XIV ANPED-CO (2018)
GT 02 - História da Educação

GRUPO ESCOLAR JOSÉ EMÍLIO DE AGUIAR: estudo de sua origem no contexto político educacional de Minas Gerais (Coromandel: 1961-1971)

Suzele Sany Lacerda Alves - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Saulóber Tarsio de Souza - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

Esta proposta de investigação tem por objetivo compreender a história do Grupo Escolar José Emílio de Aguiar, situado em Coromandel-MG, sob qual contexto político-educacional foram instituídos os grupos escolares em Minas Gerais. Refletir sobre a cultura escolar dessa instituição, suas práticas pedagógicas, a formação dos professores e também as leis, decretos e normatizações que compunham a legislação de ensino no que diz respeito à educação primária. Trata-se do terceiro grupo escolar da cidade, criado em 1961 para atender a demanda por escolarização de crianças da periferia, devido à expansão urbana e ao desenvolvimento de Coromandel. O recorte temporal se estabelece entre os anos de 1961 a 1971, iniciando na data da sua criação e finalizando no ano em que se muda a legislação nacional e se extingue a designação grupo escolar. Este pôster refere-se a um projeto de pesquisa em andamento.

Palavras-chave: História das Instituições Escolares, Grupos Escolares, Cultura Escolar

Grupos Escolares: signos da modernidade tupiniquim

O projeto republicano para o Brasil incluía a criação dos grupos escolares como forma de gerar mudanças na organização educacional e nas práticas de ensino, legitimando o então recém-instituído regime de governo e iniciando o processo de reforma social via educação, rompendo definitivamente com o regime imperial:

Os republicanos deram à educação um lugar de destaque, sendo o grupo escolar representante dessa política de valorização da escola pública; dessa forma, eles conferiam a um só tempo: visibilidade à ação política do Estado e propaganda do novo regime republicano. (SOUZA, 1998, p. 91).

Com a proclamação da República em 1889 e a abolição do trabalho escravo no ano anterior, cresceu o movimento que defendia a instrução como via de acesso do povo à nação e ao mercado de trabalho assalariado, assim, fortaleceu-se uma movimentação para se “refundar” a educação, compreendida como atrasada e desorganizada.

Nesse contexto, a criação dos grupos escolares era defendida não apenas para “organizar” o ensino, mas, principalmente, como uma forma de “reinventar” a escola [...] Reinventar a escola significava, dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos; formar, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade” (FARIA FILHO, 2014, p. 38).

A reforma do ensino nos moldes da modernidade republicana requeria mudanças em diversas áreas da educação, de modo a deixar para trás o ultrapassado e ineficaz modelo e buscar uma nova identidade, com professores preparados, novos métodos e componentes curriculares, material pedagógico e local adequado.

A proposta para a produção de novas representações escolares vinha a contento dos líderes republicanos positivistas, que almejavam o progresso e o desenvolvimento da nação. A escola primária atentava para a formação do caráter e tinha a finalidade de inculcar nas crianças “valores e virtudes morais, normas de civilidade, amor ao trabalho, respeito pelos superiores, apreço pela pontualidade, pela ordem e asseio” (SOUZA, 2008, p. 38).

Nas décadas que se seguiram a proclamação da República, em cada província do Brasil seria criado um grupo escolar como marco da modernidade tupiniquim: São Paulo (1894), Rio de Janeiro (1897), Maranhão e Paraná (1903), Minas Gerais (1906), Bahia, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e Santa Catarina (1908), Mato Grosso (1910), Sergipe (1911), Paraíba (1916) e Piauí (1922) (VIDAL, 2006).

Os grupos escolares, criados a partir das escolas isoladas reunidas em um único prédio, num raio fixado para a obrigatoriedade, adotavam o tipo de organização e as práticas escolares das escolas-modelo. As escolas isoladas eram classes unidocentes, que ministravam o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis e estágios de aprendizagem diferentes. O modo de organização dos grupos escolares reunia características da escola graduada, que pode ser entendida como novo modelo de organização escolar conforme exposição de Souza (2004, p. 114):

A escola graduada fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes. Pressupunha também a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo [...] a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aulas e vários professores.

Outras iniciativas foram importantes no sentido de se organizar a educação nacional, e no ano de 1924 foi criada a ABE (Associação Brasileira de Educação) composta por educadores que pensariam os problemas do ensino primário. Assim, em 1932, foi lançado o Manifesto dos Pioneiros que de acordo com Saviani (2004), delineou as diretrizes para a construção de um sistema nacional de ensino que abarcava todos os níveis, desde a educação infantil até a universidade. O Manifesto influenciou o texto da Constituição de 1934 que, em seu artigo 150, alínea a, “estabeleceu como competência da União fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar sua execução em todo o território do país” (SAVIANI, 2004, p. 35).

Contudo, somente em 1961 que se promulgou a primeira Lei de Diretrizes e Bases, que de acordo com a análise de Saviani (2004, p. 21) representou a “[...] unificação da regulamentação da educação nacional, abrangendo as redes pública e privada sob o influxo direto e indireto de uma concepção produtivista de escola.” Uma década após, a LDB foi reformada pela promulgação da lei n. 5.692/1971, com substantiva modificação para o ensino primário e médio, chegou-se a uma estrutura que “[...] se definiu por um ensino de primeiro grau com duração de oito anos e um ensino de segundo grau de três anos, como regra geral” (SAVIANI, 2004, p. 44).

A partir dessa data, o Grupo Escolar José Emílio de Aguiar, escola objeto de nossa pesquisa, passou a se chamar Escola Estadual José Emílio de Aguiar, situada em Coromandel, no Vale do Rio Paranaíba, região Centro Oeste Mineira (Triângulo Mineiro).

O recorte temporal se estabelece entre os anos de 1961 a 1971, cujo marco inicial da investigação refere-se à data de criação e instalação do Grupo Escolar José Emílio de Aguiar. Trata-se do terceiro grupo escolar da cidade, criado para atender a demanda de crianças da periferia, devido à expansão urbana e ao desenvolvimento econômico de Coromandel. Quanto ao ano de 1971, data limite da investigação, justifica-se em razão da extinção dos grupos escolares por meio da lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, dando lugar a escolas de 1º e 2º graus, que implicou significativas mudanças na estrutura do ensino, dentre elas a duração de oito anos para o ensino de primeiro grau e três anos para o ensino de segundo grau, este, porém, de caráter profissionalizante e obrigatório. Saviani (2004).

O interesse em investigar a história do Grupo Escolar José Emílio de Aguiar comporta a seguinte problemática: como ocorreu seu processo de implantação e em que contexto histórico, político e educacional mineiro emergiu o Grupo Escolar? Diante do exposto originam-se outras inquietações e questionamentos: Qual era o cenário político educacional mineiro no período de 1961 a 1971? De que modo este influenciou a construção do processo histórico dos grupos escolares mineiros? Quais leis, decretos e normatizações vigentes no período de 1961 a 1971 compunham a legislação de ensino, no que diz respeito à educação primária? Quais práticas pedagógicas eram desenvolvidas na escola? Que

formação possuía os professores que atuavam no período em questão?

De cunho documental, a pesquisa privilegiará a abordagem qualitativa educacional de modo a abarcar as dimensões macro e micro da história, na perspectiva dinâmica do objeto, em sua interação com as esferas políticas, sociais, e culturais.

O viés da historiografia, “A Nova História Cultural”, servirá de apoio metodológico para a compreensão das interrogações culturais do objeto, as quais são pertinentes ao cotidiano, quais sejam: sua prática docente, suas comemorações festivas e cívicas, enfim a realidade escolar vivida por seus atores.

A História Oral terá relevante contribuição para a utilização de entrevistas que buscarão minimizar quaisquer lacunas no campo da reconstrução histórica do cotidiano da instituição. Pretende-se dar voz aos sujeitos (diretores, professores e alunos) que vivenciaram o período de 1961 a 1971 e produzir uma relação mais ativa da comunidade escolar da época com a historicidade do objeto.

Este trabalho refere-se a um projeto de pesquisa em andamento e que encontra-se na fase de levantamento bibliográfico e coleta de dados, deste modo não é possível elencar os resultados.

Referências Bibliográficas

CHARTIER, Roger. A História cultural: entre práticas e representações. 2ed. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918). 2.ed. Uberlândia: EDUFU, 2014. .

SAVIANI, Dermeval. O Legado Educacional do “Longo Século XX” Brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). O legado educacional do século XX no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p. 09-50.

SOUZA, Rosa Fátima de. Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo: (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

VIDAL, Diana Gonçalves. Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.